



DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Um servidor público estadual mantém união estável homoafetiva até a data do seu óbito. Quando isso ocorre, seu companheiro pleiteia a concessão de pensão por morte perante a entidade previdenciária, que, porém, indefere o pedido, sob o argumento de que o Código Civil reconhece apenas as uniões entre homem e mulher. Assinale a alternativa que contém, respectivamente, a ação a ser ajuizada pelo parente do servidor para obter o benefício e o direito fundamental violado pelo ato estatal:

- a) Mandado de injunção; direito à liberdade.
- b) Ação sob o procedimento comum; direito à igualdade.
- c) Habeas data; direito à previdência social.
- d) Mandado de segurança; direito à assistência social.
- e) Ação direta de inconstitucionalidade; direito à igualdade.

2) Diante da escalada da violência no Estado do Rio de Janeiro, o Governador pretende implementar uma nova política de segurança pública. A Secretaria de Estado da Casa Civil minuta um decreto para criação da Secretaria de Inteligência Policial e de 25 (vinte e cinco) novos cargos públicos. Remetida a minuta à PGE/RJ para parecer, esse órgão deverá se manifestar pela sua:

- a) constitucionalidade, porque os atos normativos de organização e funcionamento da Administração Pública são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- b) constitucionalidade, porque o Governador não pode ficar inerte diante de grave crise na segurança pública.
- c) inconstitucionalidade, porque a criação de órgãos e cargos públicos depende de lei.
- d) inconstitucionalidade, porque, apesar de a criação de órgão público poder ser feita mediante decreto executivo, a de cargos públicos não prescinde de lei em sentido formal.
- e) inconstitucionalidade, porque a lei de responsabilidade fiscal proíbe o aumento de despesa com pessoal em momentos de crise financeira.

3) Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), o teto constitucional do subsídio dos Procuradores dos Municípios é igual ao:

- a) subsídio mensal do Prefeito.
- b) subsídio mensal do Governador.
- c) subsídio mensal do Presidente da República.
- d) subsídio mensal dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- e) subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

4) Durante a campanha eleitoral, um dos candidatos a Governador do Estado de Poço Seco ficou conhecido pelo bordão “Vote em quem faz. Caixa d’água vazia nunca mais”. Após a sua vitória nas eleições e posse no cargo, ao anunciar uma obra pública para resolver o problema em discurso no Palácio do Governo, encerrou a sua fala com esse mesmo *slogan*, o que exaltou todos os presentes. No entanto, algum tempo depois, em razão desse discurso, o Governador foi citado em ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público estadual. Um fundamento plausível dessa ação judicial poderia ser:

- a) a violação ao princípio da eficiência, uma vez que a população do Estado tinha prioridades mais urgentes, como saúde e educação.
- b) a violação ao princípio da moralidade, uma vez que o Governador não deve prometer o que não pode cumprir.
- c) a violação ao princípio da publicidade, uma vez que o Governador deveria ter demonstrado como faria para regularizar o abastecimento de água no Estado.
- d) a violação ao princípio da legalidade, uma vez que o Estado não tem competência para prestar o serviço de distribuição de água.
- e) a violação ao princípio da impessoalidade, uma vez que os atos praticados pelo Chefe do Poder Executivo não podem visar a sua promoção pessoal.



5) Uma lei estadual impôs às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que informassem ao consumidor, com uma hora de antecedência, o nome dos funcionários que fariam reparos da linha telefônica na sua residência. À luz do modelo de repartição de competências entre os entes federados estabelecido na Constituição de 1988, é possível afirmar que essa lei é:

- a) constitucional, porque versa sobre direito do consumidor, matéria de competência concorrente entre as unidades federativas.
- b) inconstitucional, porque versa sobre serviço de telecomunicações, matéria de competência privativa da União Federal.
- c) formalmente constitucional, porque o Estado tem competência para legislar sobre direito do consumidor, mas materialmente inconstitucional, por impor obrigação excessivamente onerosa às empresas de telefonia.
- d) inconstitucional, por proteger de forma deficiente o direito à segurança dos usuários do serviço.
- e) constitucional, porque existe lei complementar autorizando o Estado a dispor especificamente sobre essa matéria.

6) Em diversas situações, os direitos fundamentais à liberdade de expressão e à privacidade se põem em rota de colisão, como no caso das biografias não autorizadas. Segundo o Supremo Tribunal Federal:

- a) As obras biográficas literárias ou audiovisuais apenas dispensam o consentimento da pessoa biografada quando versarem sobre fatos públicos, previamente divulgados pelos meios de comunicação.
- b) As obras biográficas literárias ou audiovisuais, por tratarem de fatos pessoais, dependem de prévia e expressa autorização da pessoa biografada, sob pena de violação dos direitos à vida privada e à intimidade.
- c) As obras biográficas literárias ou audiovisuais independem de autorização da pessoa biografada e, mesmo quando reproduzam fatos inverídicos, não dão ensejo à reparação civil, porque a cada um cabe a sua própria versão da história.
- d) As obras biográficas literárias ou audiovisuais não exigem o consentimento da pessoa biografada, tampouco a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes, assegurando-se, quando for o caso, o direito de resposta ou a reparação dos danos.
- e) A publicação de obras biográficas literárias ou audiovisuais sem o consentimento da pessoa biografada atrai necessariamente o direito à reparação pelos danos causados à sua imagem.

7) As medidas provisórias constituem espécie normativa sujeita aos requisitos da relevância e da urgência e não podem dispor sobre quaisquer matérias. NÃO é vedada a edição de medida provisória sobre:

- a) direito penal.
- b) direito processual civil.
- c) direito previdenciário.
- d) direito processual penal.
- e) direito eleitoral.

8) Quando a omissão do Presidente da República e do Congresso Nacional em editar uma lei federal inviabiliza o exercício de um direito garantido pela Constituição de 1988, o titular desse direito pode:

- a) impetrar mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) impetrar mandado de injunção perante o Superior Tribunal de Justiça.
- c) impetrar mandado de injunção perante o Tribunal Regional Federal.
- d) impetrar habeas data perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) impetrar habeas data perante o Superior Tribunal de Justiça.

9) O Supremo Tribunal Federal possui competência originária para julgar:

- a) mandado de segurança impetrado contra ato de Governador de Estado.
- b) *habeas corpus* impetrado contra ato de Ministro de Estado.
- c) recurso extraordinário interposto contra causas decididas em última ou única instância, quando houver contrariedade a dispositivo constitucional.



- d) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- e) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

10) De acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO é causa de intervenção estadual nos Municípios:

- a) quando houver inobservância do princípio da dignidade humana.
- b) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- c) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- d) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- e) quando o Tribunal de Justiça der provimento a uma representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

11) São tributos de competência municipal:

- a) Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor e Imposto sobre Doação e Transmissão *Mortis Causa*
- b) Imposto de Renda, Imposto sobre Transmissão de Bens por Ato Inter Vivos e Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor
- c) Imposto sobre Serviços, Contribuição de Iluminação Pública e Imposto Predial e Territorial Urbano
- d) Imposto Predial e Territorial Urbano, Imposto sobre Operações Financeiras e Imposto sobre Doação e Transmissão *Mortis Causa*
- e) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Imposto sobre Grandes Fortunas e Imposto de Importação

12) Segundo a doutrina dominante, são elementos constitutivos do Estado:

- a) soberania, Constituição e povo
- b) povo, soberania e nação
- c) território, soberania e povo
- d) ordem jurídica, nação e povo
- e) território, soberania e Constituição

13) São características do poder constituinte originário:

- a) Inicial, ilimitado, incondicionado, permanente, indivisível
- b) Inicial, ilimitado, condicionado, permanente, indivisível
- c) Derivado, ilimitado, incondicionado, permanente, indivisível
- d) Inicial, ilimitado, incondicionado, temporário, indivisível
- e) Inicial, ilimitado, incondicionado, temporário, divisível

14) NÃO é hipótese de competência material comum entre União, Estados e Municípios:

- a) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- b) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- c) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- d) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
- e) preservar as florestas, a fauna e a flora.

15) A respeito da intervenção do Estado na economia, é correto afirmar:

- a) Os serviços públicos são atividades econômicas ou sociais titularizadas pelo Estado, prestadas em regime de direito público, indelegáveis à iniciativa privada.
- b) Os serviços públicos devem ser sempre prestados em regime de monopólio.
- c) Uma das hipóteses de exploração direta de atividade econômica pelo Estado é o fomento.
- d) O planejamento econômico estatal é de observância obrigatória para os setores público e privado.



e) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

DIREITO CIVIL

16) Acerca da responsabilidade civil do Estado, especialmente no que toca aos serviços concedidos, é correto afirmar, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Os danos ocorridos nas instalações de uma empresa concessionária de serviço público, decorrentes de atos e omissões de seus empregados, não fazem incidir a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, §6º, da Constituição.
- b) A concessionária que administra rodovia não mantém relação de consumo com os usuários.
- c) A concessionária que administra rodovia não responde por acidentes causados por animais na pista.
- d) A concessionária que administra rodovia não responde por danos causados por corpos estranhos na rodovia que causaram acidentes automobilísticos.
- e) O roubo com emprego de arma de fogo ocorrido em rodovia concedida é considerado fato de terceiro equiparável à força maior, que exclui o dever de indenizar da concessionária.

17) João contraiu um empréstimo e deixou de pagar as respectivas parcelas. Antes que o mutuante procedesse à cobrança judicial, João realiza doação de seus bens quando já insolvente. O ato praticado por João denomina-se:

- a) Fraude contra credores.
- b) Dolo.
- c) Coação.
- d) Lesão.
- e) Vício redibitório.

18) Acerca da prescrição, é correto afirmar, exceto:

- a) A prescrição é instituto pelo qual se extingue para o titular a pretensão decorrente da violação do direito.
- b) Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da administração pública de promover a execução da multa por infração ambiental.
- c) As dívidas passivas do Estado, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda estadual, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.
- d) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, tendo em vista o princípio da autonomia da vontade.
- e) Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados e dos Municípios.

19) Considerado as disposições do Código Civil acerca dos Contratos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A liberdade de contratar deve ser exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- b) É lícito às partes estipular contratos atípicos, ainda que violem as normas gerais fixadas no Código Civil.
- c) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- d) Em regra, a proposta de contrato obriga o proponente.
- e) O contrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.

20) O depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e formas legais, é considerado:

- a) Pagamento em consignação.
- b) Pagamento com sub-rogação.



- c) Imputação do Pagamento.
- d) Dação em pagamento.
- e) Compensação.

21) Segundo o Código Civil, a solidariedade ocorre quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Acerca do tema, marque a alternativa correta:

- a) A solidariedade pode ser presumida dos usos e costumes do local da celebração do contrato.
- b) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- c) O pagamento feito a um dos credores solidários não extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- d) Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.
- e) A um dos credores solidários pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.

22) Acerca da indenização decorrente da responsabilidade civil, é incorreto afirmar:

- a) A indenização mede-se pela extensão do dano.
- b) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- c) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.
- d) Se a obrigação for indeterminada, e não houver na lei ou no contrato disposição fixando a indenização devida pelo inadimplente, apurar-se-á o valor das perdas e danos na forma que a lei processual determinar.
- e) No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento, excluindo-se os lucros cessantes até ao fim da convalescença.

23) Diante de um negócio jurídico celebrado por agente incapaz, é afetado:

- a) O plano da eficácia do negócio jurídico.
- b) O plano da validade do negócio jurídico.
- c) O plano da existência do negócio jurídico.
- d) O plano da representação do negócio jurídico.
- e) O plano da condição do negócio jurídico.

24) A respeito do Direito de Empresa, assinale a alternativa correta:

- a) O Código Civil de 2002 adota a teoria de atos de comércio.
- b) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá em conjunto com a pessoa jurídica pelas obrigações contraídas.
- c) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. Desta forma, o menor de idade não pode exercer a atividade de empresário em nenhuma hipótese.
- d) Em regra, aquele que exerce atividade intelectual é considerado empresário.
- e) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

25) Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar:

- a) O Código Civil de 2002 adotou a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica.
- b) A desconsideração da personalidade jurídica inversa não é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Para o Código Civil de 2002, o abuso da personalidade jurídica é caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- d) A desconsideração da personalidade jurídica é forma especial de extinção da personalidade jurídica.
- e) O mero inadimplemento das obrigações pela sociedade pode atrair a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilização direta dos sócios.

26) Em relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar:



- a) Às pessoas jurídicas, não cabe a proteção dos direitos da personalidade, uma vez que são exclusivamente relacionados às pessoas físicas.
- b) Após apreciação judicial, é possível alienar parte dos direitos da personalidade.
- c) O pseudônimo, ainda que adotado para atividades lícitas, não goza da proteção que se dá ao nome.
- d) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- e) É válida, com objetivo científico, comercial, ou altruístico, a disposição do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

27) Sobre os bens, é INCORRETO afirmar:

- a) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- b) São bens públicos de uso especial os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias
- c) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- d) É considerado bem imóvel para efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- e) São consideradas benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

28) Assinale a alternativa correta a respeito do domicílio:

- a) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- b) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ou sem ânimo definitivo.
- c) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio a que for mais antiga.
- d) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio a que for mais recente.
- e) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o comerciante, o marítimo e o preso.

29) No tocante aos negócios jurídicos, é correto afirmar:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, bem como forma escrita.
- b) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- c) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- d) A manifestação de vontade pelo representante produz efeitos em relação ao representado – dentro ou fora dos limites de seus poderes,
- e) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua execução.

30) A respeito das sociedades, assinale a alternativa correta:

- a) Independentemente de seu objeto, consideram-se empresárias a sociedade por ações e a cooperativa.
- b) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, bem como para a integralização do capital social.
- c) A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
- d) Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir. A sociedade anônima operará sob firma ou denominação.
- e) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, sendo dispensada a palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Em decorrência do princípio do impulso oficial adotado pelo CPC/15, é correto afirmar que:

- a) O processo, como regra geral, começa por iniciativa do juiz.
- b) Não é lícito às partes plenamente capazes, versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.
- c) É inadmissível a alteração do pedido ou da causa de pedir depois do ajuizamento da demanda.
- d) O juiz dirige o processo conforme as disposições do Código de Processo Civil, incumbindo-lhe, dentre outros poderes, velar pela duração razoável do processo e determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais.
- e) A vontade das partes não pode alterar a competência de natureza relativa.

32) Como regra geral, no processo civil regido pelo CPC/15, a competência é determinada no momento:

- a) da citação.
- b) do registro ou da distribuição da petição inicial.
- c) da ocorrência do fato jurígeno.
- d) da decisão de saneamento.
- e) da sentença.

33) Em relação ao procedimento, assinale a alternativa correta à luz do CPC/15:

- a) Não subsiste, no Código de 2015, a disciplina do procedimento comum sumário, aplicando-se as disposições do CPC/73 às ações propostas e não sentenciadas até o início da vigência do CPC/15.
- b) O procedimento comum não se aplica subsidiariamente aos demais procedimentos especiais.
- c) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, caso em que não se aplicam as técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, ainda que compatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.
- d) As disposições do procedimento comum não se aplicam subsidiariamente ao processo de execução.
- e) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais ou trabalhistas quanto ao procedimento, as disposições do Código de 2015 não lhes são aplicáveis supletiva e subsidiariamente.

34) Quanto aos prazos processuais no sistema do CPC/15, assinale a alternativa incorreta:

- a) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- b) Na contagem de prazos processuais em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- c) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.
- d) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.
- e) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.



35) O Código de 2015, no art. 927, elenca os pronunciamentos judiciais dotados de força vinculante, de observância obrigatória para os juízes e os tribunais. Aponte, dentre os itens relacionados abaixo, aquele que não contém um pronunciamento judicial com efeito vinculante:

- a) Os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.
- b) Os acórdãos em conflito de competência proferidos por órgãos fracionários.
- c) Os acórdãos em incidente de resolução de demandas repetitivas.
- d) Os acórdãos em incidente de assunção de competência.
- e) Os acórdãos em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos.

36) Assinale a alternativa que contém os elementos identificadores da demanda:

- a) Partes, pedido e juiz da causa.
- b) Partes, causa de pedir e pedido.
- c) Fundamentos jurídicos, interesse de agir e legitimidade ad causam.
- d) Causa de pedir, pedido e legitimidade ad causam.
- e) Competência, partes e procuradores.

37) Sobre os sujeitos processuais, assinale a alternativa correta:

- a) A sucessão processual ocorre quando alguém age em nome próprio na defesa de direito alheio, com base em autorização legal.
- b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) O Estado do Rio de Janeiro é representado em juízo, ativa e passivamente, pelo Ministério Público Estadual.
- d) Ao juiz incumbe promover a autocomposição, salvo quando estiver em curso processo judicial, hipótese em que são vedadas a conciliação e a mediação.
- e) Ocorrendo a morte do autor da ação, o processo será automaticamente extinto pelo juiz.

38) Acerca da petição inicial, é correto afirmar:

- a) A petição inicial deve indicar os fundamentos jurídicos do pedido, sendo facultativo ao autor a indicação dos fatos.
- b) O pedido deve ser determinado e, portanto, ao autor é defeso formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.
- c) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- d) Caso a petição inicial seja indeferida em razão da ausência de interesse processual, o processo será extinto com resolução do mérito.
- e) Anteriormente à citação, o autor não pode alterar o pedido e a causa de pedir sem obter o consentimento do réu.

39) Indique a opção incorreta sobre a sentença:

- a) Não se considera fundamentada a decisão judicial que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- b) A decisão judicial deve ser certa, ainda que resolva relação jurídica condicional.
- c) A sentença fundada em súmula de tribunal superior está sujeita à remessa necessária, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- d) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, não faz coisa julgada.
- e) O relatório, os fundamentos e o dispositivo são elementos essenciais da sentença.



40) São princípios inerentes à jurisdição, exceto:

- a) A inércia da jurisdição, que exige a provocação do juiz para a prestação da atividade jurisdicional.
- b) A aderência ao território, segundo a qual os órgãos jurisdicionais devem exercer suas atividades nos limites das regras legais de competência.
- c) A declinação parcial da jurisdição, que expressa a possibilidade de recusa ao exercício da jurisdição pelo juiz, caso não se julgue apto a decidir uma causa.
- d) A inafastabilidade da jurisdição, pela qual nenhuma lesão ou ameaça de lesão pode ser afastada da apreciação do Poder Judiciário.
- e) A indelegabilidade da jurisdição, que revela a impossibilidade de o juiz delegar a função jurisdicional, distribuída por regras de competência, a outro órgão jurisdicional.

LÍNGUA PORTUGUESA:

O incrível poder da gentileza

Margot Cardoso, filósofa e jornalista

Uma pessoa berra ao celular; a impaciência domina outra ao volante; dois usuários do metrô tentam embarcar e desembarcar ao mesmo tempo; duas pessoas chocam-se na rua e se entreolham com hostilidade... E é preciso recordar o ponto alto desse cenário: as divergências políticas do ano de 2018, quando o país — dividido entre virtuosos e degenerados — virou um campo de guerra. Paira no ar a tensão de uma crise instalada. As razões são muitas, mas uma salta à vista: a falta de gentileza. O fenômeno é explicado pelos especialistas como um efeito colateral do individualismo e do estilo de vida acelerado. Não há tempo, nem espaço — aliás, sequer enxerga-se o outro.

Mas a pressa não é o único entrave. Há uma espécie de preconceito contra a gentileza. As boas maneiras são encaradas como algo fora de moda, falso, um verniz para esconder o que se sente. O que é um grande equívoco. Primeiro porque alguns gestos de cortesia não valem pelo seu valor de verdade, são do domínio do ritual. Quando dou “bom dia” a alguém, raramente estou desejando que a pessoa tenha um dia bom, na verdade, o que digo é “estou aqui e vi que você também está”. O termo “grato” vem do latim “gratia” que significa “receber uma graça”, “um favor divino”. Ao dizer “obrigada” a alguém que segurou a porta do elevador, não acho que ela me concedeu uma dádiva celestial. São convenções que acolhem, demonstram respeito e facilitam o contato com o outro.

Não é sem razão que o Japão, que ainda conserva rituais milenares, é considerado o país mais gentil do mundo. O respeito pelo outro — comunicado através de gestos de gentileza — garante a harmonia e a ausência de conflito — tão valorizados na cultura japonesa. Quem não se encantou com o comportamento do Japão na Copa do Mundo? Após a sofrida derrota frente aos belgas, a seleção nipônica deixou o balneário impecavelmente limpo e uma nota de “Obrigado” — escrita em russo — para os seus anfitriões.

Seguido do preconceito, vem a dificuldade da prática. Conviver é um jogo de equilíbrios complexos: precisamos do nosso espaço e do respeito ao espaço do outro; devemos ser discretos, mas atenciosos; interessados, mas não invasivos... A todo momento corremos o risco de aborrecer e ser



aborrecido, irritar e ser irritado... Mafalda, célebre personagem do cartunista Quino diz que “É muito fácil amar a humanidade, difícil mesmo é amar as pessoas”. Amar quem está longe é fácil, amar o próximo — quem está na sua casa, na sua rua — é muito mais difícil.

Porém, não há outra forma. A ligação com o outro faz parte da nossa natureza. Somos gregários, está no nosso DNA. Precisamos do outro e só estamos bem quando estamos bem com o outro. A experiência do acolhimento, da partilha, do afeto, da sensação de plenitude só se dá com o outro. E quando estamos mal, também é com o outro. Cultivar atos de incivilidade abre a porta para a aspereza, para a agressão e para relações que machucam. Seja qual for o cenário, os ganhos e os prejuízos são para todos. Quando anos atrás, o povo brasileiro e o próprio Presidente da República pediram ao técnico para incluir Romário na seleção, ele respondeu com um sonoro “não”. Concordava que era um grande jogador, mas era um indivíduo conflituoso e desagregador, portanto, não era bom para a equipe, para o todo. Alguns questionam o sucesso de Gisele Bündchen. Por que faz tanto sucesso se há outras modelos tão ou mais bonitas do que ela? A resposta do seu agente? “Ela é gentil, sabe fazer bons ambientes; todos adoram trabalhar com ela”.

Há uma analogia que mostra que a gentileza é semelhante à partilha. Se você tem uma vela acesa e deixa que o outro acenda a vela dele na sua, você não perde luz, o outro ganha luz e tudo fica muito mais iluminado.

É possível ser gentil diante da raiva e da frustração do outro? É e recomenda-se. A gentileza pode minimizar o conflito e criar um cenário favorável para acordos e consensos. E também pode evitá-lo.(...)

(...) Há solução. O homem está em construção e essa construção é feita através do exercício, da prática. Aristóteles afirma que o bom arquiteto é o que faz boas casas. De tanto exercitar, um dia a gentileza fará parte da sua personalidade. E será tão natural em você que ninguém dirá que é uma virtude recém conquistada. Pratique!

<https://vidasimples.co/colunistas/o-incrivel-poder-da-gentileza/>(adaptado)

41) Após a leitura atenta do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. O texto se desenvolve por meio de um processo argumentativo, cujo objetivo é defender o tema exposto no título e apresentar caminhos para se alcançar esse fim.
- II. É possível inferir do texto que a prática da gentileza implica reestruturação total do pensamento da sociedade, enfatizando a contribuição da educação familiar.
- III. O individualismo e o estilo de vida acelerados vão ao encontro do exercício da gentileza numa sociedade que busca a civilidade.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas
- b) se todas as afirmativas estiverem corretas
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas
- d) se somente a alternativa I estiver correta
- e) se somente as alternativas I e II estiverem corretas

42) A autora constrói, na estrutura argumentativa do texto “ O incrível poder da gentileza ” _várias relações de causa e consequência. Esse tipo de conexão, mantida a ordem causa(1)_ consequência (2), está presente nos segmentos:

- a) O individualismo e estilo de vida acelerado ___ falta de gentileza, a impaciência, a invisibilidade do outro
- b) O individualismo, estilo de vida acelerado ___ cultura japonesa
- c) A falta de gentileza, a divisão entre virtuosos e degenerados ___ individualismo e estilo de vida acelerado
- d) O individualismo e a falta de gentileza ___ somos gregários, está no nosso DNA
- e) A falta de gentileza, de respeito, o preconceito ao exercício da gentileza ___ o individualismo e o estilo de vida acelerado



43) No trecho, a seguir, a autora ao comentar sobre o preconceito às boas maneiras, enfatiza o ritual da gentileza ao explicar o significado de expressões sem valor de verdade.

(...) Quando dou “bom dia” a alguém, raramente estou desejando que a pessoa tenha um dia bom, na verdade, o que digo é “estou aqui e vi que você também está”. O termo “grato” vem do latim “gratia” que significa “receber uma graça”, “um favor divino”. Ao dizer “obrigada” a alguém que segurou a porta do elevador, não acho que ela me concedeu uma dádiva celestial. São convenções que acolhem, demonstram respeito e facilitam o contato com o outro.

As expressões do cotidiano comentadas no texto “bom dia” e “obrigada” transvestidas de uma falsa gentileza valorizam quais funções da linguagem respectivamente?

- a) Função emotiva / Função fática
- b) Função referencial / Função emotiva
- c) Função fática/ Função emotiva
- d) Função fática/ Função conativa
- e) Função metalinguística/ Função emotiva

44) Analise o valor do emprego das aspas nas situações a seguir:

I- “bom dia”; “estou aqui”, “vi que você também está”

II- O termo “grato” vem do latim “gratia”, que representa “receber gratia”

III- Ele recebeu um sonoro “não”

IV- Ovídio diz que: “É muito fácil amar a humanidade, difícil mesmo é amar as pessoas.”

Marque a opção que traz, respectivamente, a resposta correta:

- a) realçam os exemplos destacados como rituais de cortesia; assinalam o discurso direto do personagem; acentuam o sentido da enunciação; evidenciam o processo de formação diacrônica do termo destacado.
- b) assinalam o processo de formação diacrônica do termo destacado; assinalam o discurso direto do personagem; realçam os exemplos destacados como rituais de cortesia; reforçam o sentido da enunciação.
- c) realçam os exemplos destacados como rituais de cortesia; evidenciam o processo de formação diacrônica do termo destacado; reforçam o sentido da enunciação; assinalam o discurso direto do personagem.
- d) reforçam o sentido da enunciação; realçam os exemplos destacados como rituais de cortesia; assinalam o discurso direto do personagem; assinalam o processo de formação diacrônica do termo destacado.
- e) assinalam o discurso direto do personagem; evidenciam o processo de formação diacrônica do termo destacado; reforçam o sentido da enunciação; realçam os exemplos destacados como rituais de cortesia.

45) O segmento do texto: "As boas maneiras são encaradas como algo fora da moda" pode ser substituído, adequadamente, sem prejuízo do sentido por:

- a) Encara-se as boas maneiras como algo fora da moda
- b) Fora da moda, algo é encarado como boas maneiras
- c) Algo, fora da moda, encara-se como boas maneiras
- d) Encaram-se as boas maneiras como algo fora de moda
- e) Fora da moda, encara-se algo como boas maneiras

46) Indique o fragmento que dá sequência ao trecho, a seguir, respeitado o uso adequado das normas gramaticais do idioma.

“É possível ser gentil diante da raiva e da frustração do outro? É e recomenda-se. A gentileza pode minimizar o conflito e criar um cenário favorável para acordos e consensos. E também pode evitá-lo, ...”



- a) ademais as pessoas entenderiam que não há mau nenhum em fazer uso de expressões cordiais no dia - a- dia.
- b) por que a condição gregária da humanidade estimula situações cada vez mais voltadas para a prática da gentileza.
- c) mas não eliminá-lo se cada qual, não tiver censo de responsabilidade por cada ato e por cada atitude com o próximo.
- d) pelo fato de as pessoas preferirem um ambiente mais acolhedor do que um cenário de incivilidade.
- e) quando bastantes pessoas, realmente, entenderem que a gentileza depende da prática diária para transformar as relações sociais.

47) A compreensão de um texto se faz pelas inequívocas relações sintáticas, semânticas, discursivas que produzem sentido nessa conexão. A partir desse princípio, indique a análise que não corresponde ao termo sublinhado:

- a) Por que se há outros modelos tão ou mais bonitas do que ela? (articuladores discursivos que estabelecem uma relação discursiva de consequência)
- b) Não é sem razão que o Japão, que ainda conserva rituais milenares, é considerado o país mais gentil do mundo (segmento oracional cuja função discursiva é a de sujeito de “Não é sem razão”)
- c) Mas a pressa não é o único entrave. (articulador discursivo indicativo de oposição, contraste, advertência)
- d) Mafalda, personagem célebre do cartunista Quino, diz que (...) (o segmento discursivo amplia a informação do termo anterior, constituindo-se em um aposto explicativo)
- e) E quando estamos mal, também é com o outro (marcador discursivo com função inclusiva)

48) De acordo com o texto, assinale o exemplo, no qual os termos sublinhados não estabelecem uma correta coesão discursiva entre ambos:

- a) As boas maneiras são encaradas como algo fora da moda, falso, um verniz (...).
- b) O termo “grato” vem do latim “gratia” que significa “receber graça”.
- c) Alguns questionam o sucesso de Gisele Bündchen, (...). A resposta do seu agente?
- d) Quando anos atrás, o povo brasileiro e o Presidente da República pediram ao técnico (...), ele respondeu com um sonoro “não”.
- e) Se você tem uma vela acesa e deixa que o outro acenda a vela na sua, você não perde a luz, o outro ganha luz e tudo fica mais iluminado.

49) O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma singular para preencher corretamente a lacuna da frase:

- a) Quando se _____ (deixar) encantar pela compaixão, os homens tornam-se gentis.
- b) Aos homens conscientes do espírito gregário jamais _____ (dever) incomodar a prática da gentileza.
- c) Não se _____ (compreender) as razões pelas quais os homens se encantam com o individualismo e o estilo de vida acelerado.
- d) _____ (decorrer) do mau uso da tecnologia as situações em que o homem esquece a sua condição de ser sensível.
- e) Caso se _____ (vincular) à gentileza as situações de bem-estar do homem, isso deverá ser sempre motivo de exaltação para a sociedade.

50) O valor semântico da preposição destacada em “ Há uma espécie de preconceito contra a gentileza”. É de oposição. Assinale a opção em que não há correspondência entre a preposição destacada e o valor semântico a ela atribuído.

- a) A raiva e a frustração levam o homem até a loucura. / **limite**
- b) O homem que se nutre de aspereza não consegue ter paz./ **assunto**
- c) Tudo se faz para sair da condição de ser desagregador. / **finalidade**
- d) Faz tudo com bom humor porque entende que essa é uma forma de ser gentil./ **modo**
- e) As pessoas conscientes ficam tristes em não poder responder pelas atitudes alheias./ **causa**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL

44º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 23 da Resolução PGE nº 4.353, de 08.02.2019, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1- B
- 2- C
- 3- E
- 4- E
- 5- A
- 6- D
- 7- C
- 8- A
- 9- D
- 10- A
- 11- C
- 12- C
- 13- A
- 14- D
- 15- E

DIREITO CIVIL:

- 16- E
- 17- A
- 18- D
- 19- B
- 20- A
- 21- B
- 22- E
- 23- B
- 24- E
- 25- C
- 26- D
- 27- E
- 28- A
- 29- B
- 30- C



DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

- 31- D
- 32- B
- 33- A
- 34- A
- 35- B
- 36- B
- 37- B
- 38- C
- 39- C
- 40- C

LÍNGUA PORTUGUESA:

- 41- D
- 42- A
- 43- C
- 44- C
- 45- D
- 46- E
- 47- A
- 48- E
- 49- B
- 50- B

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 10:00 às 16:00 horas.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2019.

*Publicado no DOERJ de 02 de abril de 2019